

PERCEPÇÃO DO ESPAÇO E MEDO NA REGIÃO OESTE DA CIDADE DE MARÍLIA-SP.

Simone da Conceição Silva, Sueli Andruccioli Felix, Márcio Ricardo de Carvalho - Inter-área - Geografia - Ciências Sociais - Departamento de Ciências Políticas e Econômicas - DCPE, Universidade Estadual Paulista - UNESP/Campus de Marília.

Através do conceito de “topofilia” ou elo afetivo entre o sujeito e o espaço, em verdade entre o sujeito e os demais sujeitos do espaço em questão, Tuan (1980) afirmou ser essa relação o determinante de valor atribuído ao espaço quando há: diferença entre a visão do visitante e do morador de determinado espaço, meramente estético pelo primeiro e mais abrangente pelo segundo (p. 247); percepções diferenciadas pelo nível de satisfação com os lugares em que moram de acordo com as diferentes condições financeiras (p. 240); constância entre os grupos sócio-culturais em conceberem o mundo e o cosmos a partir de um referencial etnocêntrico, superestimando seus lugares como centrais e ideais (p. 37); as visões de mundo peculiares que se “constroem” pelos grupos sócio-culturais que vivem em determinados ambientes ou “habitats” humanos; alteração do sentimento de “topofilia” dada às intervenções impostas aos espaços como as grandes vias para o automóvel (p. 220); ou dificuldade de se ter afeição e familiaridade por parte dos novos habitantes de um determinado lugar, estando mais inclinados a manifestar “descontentamento” (p. 249).

A percepção espacial, sobretudo nas pesquisas empreendidas, nos permite apontar as contradições entre os discursos de sujeitos, que tem posição diferenciada nas escalas de decisão dentro de nossas cidades. Considerando os moradores de bairros com sintomas exteriores de riqueza, percebemos um grande distanciamento entre as suas percepções e os elementos constitutivos do bairro. As repostas não correspondiam porque, em verdade, nesses bairros não existem alguns dos equipamentos urbanos públicos, particularmente nos bairros novos e distantes do centro. Portanto, as repostas se referiam aos equipamentos usufruídos em outros bairros. Outro aspecto, que permite fazer a leitura de um desconhecimento do bairro, é o alto índice de moradores recentes e o desconhecimento da vizinhança.

Por outro lado, entre os moradores dos bairros populares há mais acuidade em suas percepções sobre os equipamentos urbanos locais, muito aproximadas da realidade, uma vez que a igreja, a escola, o comércio se encontram nos limites das esquinas de seus bairros. Além disso, a dificuldade de acesso ao automóvel não lhes permite romper cotidiana e regularmente seus espaços de moradia, tal como a classe média. Chegamos a essa compreensão ao constataremos uma elevada avaliação negativa das condições do bairro no tocante aos equipamentos urbanos, o que indicaria uma maior utilização destes, além da elevada declaração de que eram moradores antigos. Nesse sentido, pareceu-nos indicar um sentimento “topofílico” mais aguçado, uma relação de pertencimento mais “consolidada” e um conhecimento mais preciso sobre a vizinhança e imediações do mundo da vida [lebenswelt]. Essa constatação, a nosso ver, incorre em um problema talvez maior que a própria valoração relativa em relação aos bairros, mas quando tal valoração se articula com representações relativas aos problemas como a violência e a criminalidade.

Neste sentido a geografia do crime (estudada por Félix - 1996 e 2002) procura superar análises espaciais do crime através do mapeamento e da elaboração de estratégias de políticas públicas de segurança. O objetivo é mais amplo e holístico, uma análise e reflexão das evidências criminais diante das condições sociais econômicas, políticas e culturais espacialmente postas. Assim, trata-se de compreender os efeitos perversos de uma sociedade, sob a égide da lógica do capital, que subsume sujeitos em sua experiência concreta e relega-os à compreensão de que os nossos destinos estão demarcados por uma “escalada da violência”. “Escalada”, essa, que, por sua vez, exigiria práticas repressivas contra os agentes de crime que em nossa particularidade histórico-social, seriam aqueles estigmatizados como pobres, negros, imigrantes, entre outros. É necessário ressaltar, portanto, que nossa análise, tal como as “falas do crime” de Tereza Caldeira (2001), refere-se ao

crime que ocorre nos bairros e cidades ou, mais precisamente, que se colocam num determinado modelo de organização sócio-espacial.

Considerando-se a percepção do crime, parece que os sujeitos dos bairros sujeitos aos mais altos índices de todas as tipologias criminais não possuem a noção exata do problema, contrariando as estatísticas criminais, especialmente, por perceber seus bairros como “seguros”.

No caso dos bairros característicos de classes populares, as percepções positivas de segurança são mais próximas dos dados criminais que, por sua vez, apresentaram índices inferiores aos verificados nos bairros mais abastados. Em alguns casos, os sujeitos não apenas consideravam os seus bairros “seguros” e associavam a segurança ao cotidiano vivenciado, como se mostraram indignados com a percepção externa, dos “outros”. Neste caso, pareceu-nos que “outros” era uma referência ao discurso difundido pela mídia que apresentavam seus bairros nas manchetes das páginas policiais e, assim, agregavam a imagem de bairro “perigoso”.

Através de questões que visavam identificar as imagens sobre os demais bairros da cidade – “se, caso pudesse mudar de residência, para qual bairro gostaria de ir? Por que?” e “para qual bairro não gostaria de ir? Por que?” – há referências depreciativas aos bairros mais pobres, justificadas por “alta violência”, “lugar de grandes conflitos sociais”, “muita criminalidade”, “favela”, “perigoso”, “de classe baixa”, “de muita diferença social”. Em verdade, os bairros citados pelos entrevistados realmente são compostos por loteamentos populares e favelas e se apresentaram historicamente, no início de sua ocupação, como lugares de conflitos sociais. Entretanto, não foram os que apresentavam os mais altos índices criminais na relação com os demais bairros da cidade, particularmente os bairros de condições socioeconômicas elevadas.

Compreendemos que a opinião pejorativa sobre os demais bairros (diferentes do seu e, geralmente, dos que o rodeiam) pode até ser compatível com o sentimento de “topofilia”, de percepção etnocêntrica do lugar, concebido como o “melhor lugar do mundo”. No entanto, quando a análise se volta para a apropriação do espaço pelos diferentes sujeitos da cidade e a difusão de uma série de imagens que valorizam e desvalorizam os espaços no mercado imobiliário, percebemos que os sujeitos de níveis socioeconômicos elevados têm a propensão em efetivar um discurso hegemônico positivo, talvez por temor justamente da desvalorização no momento da comercialização do imóvel. Nesse aspecto, é necessário estar atento à produção e reprodução de estigmas, preconceitos e estereótipos que instrumentalizam as ações repressivas contra os setores populares, considerados em nossa história política “classes suspeitas”, segundo Paulo Sérgio Pinheiro (1991, p. 111), através do raciocínio de “privação relativa”, que sustenta ser a criminalidade um dos mecanismos de re-equilíbrio das desigualdades sociais utilizado por segmentos desfavorecidos.

A repressão contra os setores populares, nesse caso, é fundamentada na tese de criminalização da pobreza, presente nas ciências sociais e no imaginário popular. As aparências, portanto, são promovidas pelas estatísticas produzidas sobre os fenômenos da criminalidade e da violência, que com seus vieses escondem as imunidades jurídicas e institucionais que setores das camadas média e alta da sociedade gozam na proteção de seus membros. No caso dos jovens delinquentes, em Marília incluem-se os estudantes universitários, não apenas como vítimas, referência comumente aceita, mas também nas investidas em lesões corporais dolosas e uso ou porte de entorpecentes.

Podemos concluir essa breve discussão afirmando que nos enveredamos na tarefa de superar os lugares-comuns da criminalidade, particularmente no que tange à estigmatização dos bairros populares e seus respectivos sujeitos. Ou seja, a percepção espacial, considerando as múltiplas vivências e experiências sobre o urbano, pode colocar em xeque as representações e os conflitos sintomáticos à ordem capitalista, como o crime, e deflagrar estereótipos que subsidiam as políticas repressivas contra os “pobres” e demais destituídos da cidade e da urbanidade.

Referências Bibliográficas

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000. 400 p.

FELIX, Sueli A. A “geografia do crime” do crime urbano: aspectos teóricos e o caso de Marília. (tese de doutorado) Orientador Odeibler Guidugli. Rio Claro: UNESP-IGCE, 1996.

—. Geografia do Crime: interdisciplinaridade e relevâncias. Marília: UNESP, 2002. 150 p.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. IN: *Revista da USP*, n.9, mar-abr-maio, p. 45-56, 1991.

TUAN, Yi Fu. Geografia Humanística. IN: CHRISTOFOLETTI, Antônio. Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 318.

—. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980. 288 p.

CNPq/Balcão